

1945: 80 ANOS DOS VÁRIOS FINAIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O final oficial da Segunda Guerra Mundial completou 80 anos. A efeméride deu margem à realização de diversos eventos, cerimônias, simpósios, coletâneas e dossiês no Brasil e no mundo. Longe de assumirem exclusivamente num caráter puramente celebrativo, na maior parte dessas iniciativas se reconhecia que a cessação dos combates entre o Eixo e os Aliados, não só não levou à eliminação das causas mais profundas do conflito, como ainda gerou outras confrontações no plano internacional, como a Guerra Fria, a Descolonização e o surgimento do Terceiro Mundo. Também no Brasil se verificou tanto a permanência de tensões, impasses e conflitos anteriores à guerra quanto de novos confrontos por ela gerados.

Foi pensando em dar ainda mais ênfase à essas abordagens que foi organizado o presente dossiê. Foram reunidas contribuições tanto voltadas ao entendimento de como a Segunda Guerra Mundial foi levada ao seu termo, quanto aos desdobramentos subsequentes que daí advieram.

A Segunda Guerra Mundial foi uma Guerra Total, isto é, que levou à mobilização da totalidade dos recursos, materiais e humanos, de cada nação envolvida com vistas à obtenção da vitória. Sob várias formas foi o que ocorreu também no Brasil. Essa é a importância da contribuição inédita do artigo de **Alexandre Barbosa Fraga e André Barbosa Fraga**, intitulado *Os fundamentos do trabalhismo e o esforço de guerra: o concurso para a escolha da Canção do Trabalhador Brasileiro*.

O texto trata do processo de escolha e oficialização da Canção do Trabalhador Brasileiro, uma iniciativa do regime do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) até aqui desconhecida

dos pesquisadores. Historicamente, o regime varguista se colocou como protetor e promotor dos interesses da classe operária, na conhecida mitologia do Pai dos Pobres.

Contudo, o caráter ditatorial do seu governo e as implicações intrínsecas à Guerra Total (rationamento, proibição de greves, censura à imprensa, restrição de direitos civis, carestia etc.) exigia sacrifícios por parte dos trabalhadores que incluíam, por exemplo, a suspensão dos recém adquiridos e tão celebrados direitos trabalhistas. Através da análise da proposta que veio a ser escolhida oficialmente para se tornar a Canção do Trabalhador Brasileiro o autor problematiza as contradições entre a política oficial do regime Vargas de valorização do trabalhador e o aumento da exploração destes que foi imposta pela guerra.

O front mais importante da Segunda Guerra Mundial foi a frente russa. Foi na frente oriental que foi destruída a maior parte das forças armadas da Alemanha Nazista e decidido o desfecho do conflito. A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) mobilizou para a luta ao longo da duração da guerra cerca de um terço da população masculina adulta, somando mais de 34 milhões de homens.

Na gigantesca escala de mobilização humana da URSS também as mulheres foram extensivamente empregadas, não apenas em atividades auxiliares na retaguarda, mas também como combatentes. Os soviéticos empregaram mulheres como pilotos de aeronaves, tripulantes de tanques, atiradoras de elite etc. O caráter conflituoso e contraditório da história e da memória da contribuição feminina à vitória soviética sobre os nazistas, desde o imediato pós-guerra até os dias de hoje, é explorado no artigo de **Thais Carvalho Senna** intitulado ***Malákhova e a igualdade conveniente na Grande Guerra Patriótica.***

Tornou-se um truismo afirmar que geralmente se sabe como as guerras começam, mas raramente se sabe como irão terminar. Essa é a importância do uso das categorias desenvolvidas por Reinhardt Koselleck como “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” por **Alexandre Moreli** no seu artigo intitulado ***Planejamento de pós-guerra e os futuros passados.***

O autor examina o contexto compreendido pelos anos finais da Segunda Guerra Mundial no processo de planejamento do pós-guerra pelas autoridades estadunidenses. Tratava-se de um contexto marcado pelo imenso avanço tecnológico das armas de destruição em massa como os bombardeiros pesados de longo alcance e os foguetes, complicando o planejamento da futura política de defesa dos Estados Unidos da América.

O contexto também é marcado, segundo o autor, por questões estratégicas como o enfraquecimento da cooperação entre os vitoriosos e a diminuição na importância tanto do sul do Atlântico como do sul do Pacífico. Para ele houve a conjugação de rupturas juntamente com

estratos de tempos anteriores que não são apagadas na medida em que aumenta a certeza da vitória na guerra. Assim, é possível projetar a partir das fontes pesquisadas um horizonte de expectativa que tem seus pressupostos, mas se encontra em permanente transformação.

Tomados em seu conjunto os textos que compõe esse dossiê se constituem numa mostra significativa das diferentes formas pelas quais é possível se pensar as questões afetas à guerra e os contextos subsequentes.

A seção Artigos Livres desta edição reúne quatro textos que, a partir de recortes temporais, metodológicos e teóricos distintos, dialogam com problemas centrais da história, das ciências humanas e sociais e dos estudos da cultura, evidenciando aspectos importantes da pesquisa crítica contemporânea. Em comum, os textos exploram processos de produção de sentido, disputas de poder, formas de resistência e dispositivos de legitimação que atravessam o Estado, os movimentos sociais, o patrimônio cultural e os modos de narrar o passado.

O primeiro artigo, de autoria de **Rodolfo Costa Machado**, dedica-se à reconstituição da trajetória intelectual e política de Humberto Grande, jurista e pedagogo que atuou tanto no Estado Novo quanto na ditadura militar instaurada em 1964. Ao analisar sua produção teórica e sua atuação nas políticas educacionais autoritárias, o estudo demonstra a existência de um processo contínuo do projeto político-pedagógico autocrático brasileiro ao longo do século XX. A partir da noção de “pedagogia do trabalho”, o autor evidencia como a educação foi concebida como instrumento de disciplina social, nacionalismo moralizante e legitimação do Estado autoritário, contribuindo para os debates historiográficos sobre as permanências ideológicas entre diferentes regimes de exceção no Brasil.

Daniel da Silva Klein, no segundo artigo, volta-se para o período de transição entre o Império e a Primeira República para investigar as marchas indígenas ocorridas entre 1880 e 1909. Ao acompanhar comitivas de povos originários que se deslocaram até instâncias centrais e regionais do poder do Estado, o texto analisa essas marchas como estratégias políticas de reivindicação de direitos territoriais, proteção contra violências e acesso a recursos básicos. A pesquisa demonstra que, ao longo desses deslocamentos, os indígenas foram construindo pautas comuns e identidades compartilhadas, o que permite recuar no tempo a origem dos movimentos indígenas organizados, frequentemente associados apenas à segunda metade do século XX. O artigo contribui, assim, para a ampliação do debate sobre resistências indígenas e para a revisão de cronologias consolidadas na historiografia.

O terceiro artigo, de autoria de **Arlene Renk e Guilherme Augusto De Toni**, insere-se no campo dos estudos do patrimônio cultural e ambiental, propondo uma reflexão sobre a paisagem cultural como instrumento de preservação no Brasil. A partir de um diálogo

interdisciplinar entre geografia, história, direito e políticas públicas, o texto discute a construção conceitual da paisagem cultural no âmbito internacional, especialmente no contexto da UNESCO, e sua incorporação ao ordenamento jurídico e institucional brasileiro. Ao analisar os limites e as potencialidades dessa ferramenta, o artigo evidencia a paisagem cultural como uma categoria capaz de articular natureza, cultura e memória social, ampliando as possibilidades de proteção do patrimônio e de valorização das relações históricas entre sociedade e meio ambiente.

Encerrando a seção, o artigo de **Fuad Kyrillos Neto, Rodolfo Rodrigues Machado e Thales Fonseca** apresenta uma abordagem original ao problematizar o epíteto “fofoca” como prática narrativa dotada de valor epistêmico. A partir de um diálogo entre psicanálise, historiografia e teoria da narrativa, o autor propõe compreender a “fofoca” como um arquivo da cultura, situado na fronteira entre memória, ficção e história. O texto destaca a centralidade da subjetividade e da linguagem na construção dos relatos sobre o passado, questionando concepções tradicionais de verdade histórica e evidenciando como narrativas marginalizadas podem desempenhar papel fundamental na transmissão de sentidos e experiências coletivas.

Em conjunto, os artigos que compõem esta seção reafirmam o caráter aberto e plural da Revista, oferecendo ao leitor um panorama diversificado de temas e abordagens que atravessam a história política, social e cultural, os estudos do patrimônio e as reflexões teóricas sobre narrativa e memória. Ao acolher pesquisas de diferentes matrizes disciplinares e metodológicas, a seção Artigos Livres reforça seu papel como espaço de circulação de investigações originais e de debates críticos no campo das humanidades.

Boa leitura!

Dr. Dennison de Oliveira

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Dr. Wanilton Dudek

**Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Universidade de Passo Fundo (UPF),
Brasil**